

O “COMANDO DO TERROR” PARA ALÉM DAS MANCHETES: UMA REFLEXÃO SOBRE A UTILIDADE DA HISTÓRIA ORAL PARA O ESTUDO DA EXTREMA-DIREITA

Felipe Henrique Wegner

Mestrando em História pela UFSC. Bolsista CAPES-DS.

felipehw@gmail.com

O golpe de 1964 inaugurou o período de exceção mais longo da república brasileira. A instauração e a manutenção do regime contaram com o apoio de parte da sociedade brasileira, como atestam, por exemplo, as massivas Marchas da Família com Deus pela Liberdade no contexto do golpe. A transição pactuada para a Nova República nos anos 1980, marcada pela crise econômica e o desgaste político, assistiu a um distanciamento dos setores civis que apoiaram o regime e a criação de uma memória que execrava os militares envolvidos com a ditadura *pari passu* a passagem do poder para seus antigos sócios civis.

Ilustrativo do movimento é que apoiadores entusiásticos do golpe como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e grandes meios de comunicação como o Grupo Folha e o Grupo Globo construíram narrativas de si mesmos distanciados do regime, omitindo parte importante de sua atuação. Enxergar o golpe e a ditadura como exclusivamente “militar” não é um arranjo fortuito, essa dualidade entre Estado opressor, tomado pelos militares, e sociedade civil oprimida, omite os conflitos que permeavam a sociedade brasileira do período ao reunir numa homogeneizada “sociedade civil” tanto os setores marginalizados e reprimidos pelo regime como os que participaram e apoiaram o mesmo. A construção dessa memória foi um elemento importante para a legitimidade das elites políticas e econômicas que conduziram o estabelecimento da Nova República, um regime que buscava ansiosamente se distanciar do legado da ditadura embora conduzido em boa medida pelos sócios dela.

Por um lado, podemos com Halbwachs, enxergar o papel dessa memória coletiva no reforço da coesão social numa sociedade que, marcada pela crise econômica e política, buscava um novo pacto. Essa memória buscava instituir assim uma coesão social primordialmente não pela coerção mas pela adesão afetiva à Nova República. O escopo dessa, inclusive, é aquele enxergado por Halbwachs como a forma mais completa de memória coletiva: a nação (POLLAK, 1989, p. 3).

Por outro lado, fica claro que essa memória coletiva é fruto de um processo de disputas que implicou o silenciamento de vozes dissonantes e num enfoque seletivo dos atores e violências que deveriam ser rememorados. Esse olhar crítico ao processo de construção das memórias coletivas hegemônicas, que para além de sua função de coesão social expõe a violência simbólica que lhe é

subjacente, é bem representado pelo conceito de “enquadramento da memória” utilizado por Michael Pollak (1989, p. 9). Um enquadramento que está intimamente ligado ao processo de construção política da Nova República levada a cabo pelas elites até então sócias do regime ditatorial. Essa importância da memória enquanto ferramenta de construção de hegemonia política, muito além do simples ato de olhar para trás, é muito bem colocada pelo historiador português Fernando Rosas:

[...] ao convocarmos, ao inscrevermos a Memória nos debates de hoje, não estamos só a olhar para trás, [...], estamos necessariamente, [...] a discutir os conteúdos civilizacionais, as representações sociais, os conteúdos políticos e ideológicos que estruturam os discursos sobre o mundo de hoje e de amanhã. (ROSAS, 2010, p. 187)

Para compreendermos a dinâmica social e política relativas ao golpe de 1964 e ao regime que lhe sucedeu, devemos, portanto, olhar criticamente a memória hegemônica estabelecida e nos debruçarmos sobre os diferentes atores do período. Felizmente, assistimos nas últimas décadas a um alargamento temático nos estudos historiográficos sobre o período, onde para além da resistência ao regime, tem se buscado os apoios e cumplicidades. Entre os trabalhos podemos apontar estudos que abordam as Marchas da Família com Deus pela Liberdade (PRESOT, 2004), o ARENA (Aliança Renovadora Nacional, partido orgânico da ditadura) (GRINBERG, 2009), a atuação da OAB (ROLLEMBERG, 2008) e, inclusive, a construção memorialística dos militares marcada pelo ressentimento devido ao abandono de seus antigos aliados civis (SANTOS, C., 2016). Diversos desses trabalhos ajudaram a compreender melhor a direita civil e militar do período. Há, entretanto, uma importante lacuna: as organizações de extrema-direita que atuaram no contexto do golpe e durante a ditadura.

Essa lacuna, em boa medida, está relacionada à ausência de fontes documentais sobre o tema. Por serem organizações clandestinas e muitas vezes contarem com a cumplicidade ou mesmo colaboração dos órgãos de repressão, há poucos documentos do Estado sobre esses grupos. Sabe-se mais sobre algumas das ações protagonizadas por essas organizações (devido à repercussão na mídia) do que sobre as próprias organizações.

Sem embargo, é uma lacuna importante. O contraste entre o que sabemos sobre o terrorismo protagonizado pelo Estado e aquele praticado por grupos paramilitares acaba por ocultar a disputa política mais ampla ocorrida na sociedade, facilitando um discurso pobre em que uma “sociedade civil” homogeneizada se vê vítima de um Estado repressor. Recuperar essa faceta é um instrumento importante para recuperar a própria dinâmica política e social que levou setores sociais conservadores e vinculados à elite econômica a considerarem necessário o uso da violência contra àqueles

identificados com a esquerda, não se limitando a esperar que os militares o fizessem, mas tomando a tarefa em suas próprias mãos.

Um recurso importante para superarmos a carência de documentos oficiais é a história oral. A mesma se constitui numa ferramenta essencial não apenas para jogar novas luzes sobre acontecimentos passados mas também para trazer à luz memórias abafadas, que não convém a um discurso oficial que prefere esquecer que a violência não se deu simplesmente desde o Estado contra a sociedade civil mas no seio dessa. Essa desestabilização da memória hegemônica por meio do resgate de memórias subterrâneas está associada mesmo com a ascensão da história oral na academia nas últimas décadas. Como colocado por Pollak:

[a]o privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”, no caso a memória nacional. [...] essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. (POLLAK, 1989, p. 4)

Essa proposta engajada de história oral teve grande impacto nos estudos da área. Exemplo relativamente recente dessa prática da história oral que busca desestabilizar discursos hegemônicos ao dar voz e reabilitar os marginalizados é o trabalho de Marcos Montysuma com entrevistas realizadas com Dercy Teles, que exerceu a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, e dona Raimunda Gomes, líder fundadora da Associação das Quebradeiras de Coco, na região do Bico do Papagaio, no Tocantins. Montysuma coloca sua pesquisa nos marcos de uma “história oral [que] enxerga esses setores e sujeitos, compreendidos como marginalizados/excluídos/ignorados, exercendo poderes singulares para reivindicar e conquistar seus direitos” (MONTYSUMA, 2012, p. 59). A prática da história oral permitiria ao autor realizar o exercício da cidadania e responsabilidade social (MONTYSUMA, 2012, p. 60). Podemos mesmo inferir, junto com Rosas, que “os movimentos de reabilitação e defesa da Memória são sobretudo movimentos sociais, que colaboram com a investigação histórica, mas a ultrapassam como movimentos cívicos [...]” (ROSAS, 2010, p. 189).

Um exemplo das limitações de nos atermos aos documentos tradicionais no estudo da extrema-direita da época bem como da potencialidade da história oral é o caso do grupo mais emblemático do período do golpe e da ditadura: o Comando de Caça aos Comunistas (CCC).

O CCC foi fundado em 1963 por estudantes da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (USP) e contava entre suas fileiras com estudantes de classe média e alta bem como membros de órgãos de repressão como o DEOPS-SP (Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo). Dado seu caráter clandestino, a posição social de seus membros bem como o

relacionamento estreito com o aparato repressivo, a primeira evidência que salta aos olhos é a previsível ausência de material substancial sobre a organização nos documentos estatais.

Por muito tempo, soube-se mais das ações realizadas pelo CCC devido à publicidade que ganharam na mídia do que sobre a própria organização. O grupo foi protagonista de alguns dos grandes eventos do agitado ano de 1968, marcado pelo ascenso da contestação à ditadura, como o ataque à peça de teatro *Roda Viva*, escrita por Chico Buarque, em julho e a batalha estudantil da rua Maria Antônia em outubro, que terminaria com o incêndio da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (FFCL-USP) e a morte do estudante José Carlos Guimarães. Essas participações ganharam repercussão nacional e colocaram o grupo em destaque em uma famosa edição da revista “O Cruzeiro” (MEDEIROS, 1968). A publicação do AI-5 em dezembro do mesmo ano viria a sufocar a reentrada da esquerda na cena pública bem como impôr limites mais estritos para a imprensa, conseqüentemente, as atividades do CCC entraram em declínio bem como o assunto perdeu espaço nos jornais. Entretanto, o “estrago” já estava feito, o CCC se transformou ainda na época em sinônimo de terrorismo de direita, ensejando uma miríade de ataques atribuídos a sigla pelo país e, uma década mais tarde, seria inspiração para terceiros que se apropriaram da sigla para combater o processo de abertura no país¹. Esse “retorno saudosístico” da sigla em finais dos anos 1970 atesta a permanência do CCC como um mito político na memória nacional.

A historiadora Clarissa Brasil é uma das poucas estudiosas que ousaram encarar um tema naturalmente carente de fontes. Para tanto, realizou uma pesquisa centrada nas ações atribuídas à sigla CCC em todo o território nacional ao longo de praticamente todo o regime ditatorial (BRASIL, 2010). As fontes privilegiadas por Brasil foram principalmente jornais e revistas da época. Um das conclusões elencadas pela autora é de que as ações do CCC eram majoritariamente de propaganda devido ao fato de constarem mais atentados e ações espetaculares na mídia do que intimidações e agressões pessoais (BRASIL, 2010, p. 112). No entanto, cabe perguntar, quem procuraria os jornais ou mesmo a polícia para se dizer acossado pelo CCC quando a própria polícia colaborava com o grupo? Não raro, encontramos casos de vítimas do grupo que tiveram de fugir ou foram detidos pela polícia, enquanto, obviamente, o CCC escapava impune. Devemos ter em mente essa lacuna e buscar outros caminhos para sanar essas limitações.

Para apreender essa dimensão da história do CCC devemos ir além dos documentos tradicionais, dos jornais e ofícios policiais, e mergulhar nos depoimentos, nas memórias daqueles que vivenciaram sua atuação. Alguns podem desqualificar o emprego da história oral, acusando-a de ser parcial e fragmentária, mas como colocado por Montysuma, “a história tem (ou está prene) de documentos fragmentários, parciais a nos provocar” (MONTYSUMA, 2012, p. 58). Como Ricoeur

¹Clarissa Brasil (2010) dedica o capítulo “O Retorno do Comando” de sua dissertação de mestrado ao tema.

nos lembra, ao endossar a posição de Le Goff, todo documento é tão passível de ser “tendencioso” quanto o monumento. A intencionalidade não existe apenas no monumento, que é explicitamente laudatório, nesse sentido todo documento é monumento (RICOEUR, 2007, p. 186). A temerária conclusão de Clarissa Brasil se deve em boa medida a parcialidade própria dos documentos em que se apoiou, no caso, jornais e revistas. A história oral nos oferece um meio para que possamos enxergar essa outra faceta do CCC que não alcançava os periódicos: sua atuação nos corredores universitários, as surras e ameaças e mesmo a colaboração com o aparato de repressão oficial.

Um exemplo ilustrativo das omissões nas páginas de jornais é o da estudante secundarista Mirtes Nogueira, que participou da batalha da Maria Antônia. A mesma foi vítima de ácido jogado pela extrema-direita liderada pelo CCC no conflito e mesmo gravemente ferida não buscou ajuda publicamente ou denunciou o ocorrido às autoridades policiais. Sua história pode ser reconstituída devido ao cruzamento das memórias de um amigo (JOSÉ, 2013) com o de uma adolescente (ZERBINI, 2013, p. 22–23) que tinha amigos no CCC mas que abriu sua casa para Mirtes quando essa – evitando hospitais e delegacias – procurou ajuda.

O resgate dessa memória das vítimas do CCC nos permite romper com a memória hegemônica de uma sociedade civil homogênea refém da ditadura. Como a batalha da Maria Antônia evidencia, não há uma simples contraposição entre estudantes e ditadura. Os debates políticos que permeavam a sociedade brasileira também cindiam os estudantes, colocando apoiadores e opositores ao regime em lados opostos na rua Maria Antônia. Não a toa, espaços acadêmicos tradicionais de formação da elite paulista, como as faculdades de Direito da USP e do Mackenzie, foram ambientes importantes da articulação estudantil conservadora contra os anseios de justiça social que sacudiam o Brasil nos anos 1960, tendo assistido a formação e atuação em seu seio do CCC.

Os depoimentos de vítimas e testemunhas não nos ajudam apenas a reconstituir acontecimentos do passado ou apreender a percepção individual sobre aquele momento vivido. Por meio desses podemos apreender a “subjetividade socialmente compartilhada” (PORTELLI, 1996, p. 66), o horizonte de expectativas compartilhado entre determinado grupo social. E essa faceta qualitativa do testemunho é importantíssima.

A título de exemplo, Alessandro Portelli cita um estudo quantitativo relacionado à escravidão em que os historiadores Robert Fogel e Stanley D. Engerman chegaram a conclusão de que em determinado grupo de escravos os mesmos seriam açoitados 0,7 vezes por ano (PORTELLI, 1996, p. 61). Alguém poderia chegar a conclusão, portanto, que as chibatadas não se constituíam no marco definidor da experiência escrava com relação às outras modalidades de trabalho dado que os escravos seriam açoitados raramente, menos de uma vez por ano. No entanto, a diferença toda reside no fato de que os escravos poderiam ser açoitados e os outros trabalhadores não. Portanto, “[n]ão são as

chicotadas efetivamente recebidas, mas as potenciais, que definem o horizonte de expectativas para os escravos, incluídos aqueles que nunca haviam sido açoitados” (PORTELLI, 1996, p. 64).

É da mesma forma que devemos compreender o impacto da atuação de grupos de extrema-direita sobre seus potenciais alvos, em especial, militantes de esquerda. Ainda que as violências perpetradas não alcançassem fisicamente a boa parte dos alvos em potencial, o que definia a experiência desses indivíduos, sua “subjetividade socialmente compartilhada”, era saber que poderiam ser vítimas.

Isso pode ser visto no relato de Elaine Farias Hirata. A mesma era estudante de História na USP em 1968 e moradora do Conjunto Residencial da USP (CRUSP), que naquele período era um espaço de referência da agitação estudantil de esquerda. Em dezembro daquele ano, meses após o ataque à peça Roda Viva e à batalha da rua Maria Antônia (que resultou, como mencionado, no incêndio do prédio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP), houve dois episódios que marcaram sua vida. O primeiro foi aproximadamente em 10 de dezembro, uma caravana de carros estacionou à noite próximo ao CRUSP e hostilizou seus moradores. O contexto de agressões que havia marcado os meses anteriores, permite compreender porque Hirata e os demais moradores ficaram “em estado de alerta e preocupados com o que viria” (HIRATA, 2014, p. 244). O evento bastou para gerar uma “série de boatos no sentido de que outras ações seriam promovidas” (HIRATA, 2014, p. 243–244). Dias depois, o apartamento 411 do bloco A foi alvejado por tiros de fuzil. Era o apartamento de Hirata (HIRATA, 2014, p. 244). Na ocasião, todos consideraram que o mesmo havia sido obra do CCC (cuja admissão pública da autoria tardaria décadas²) e poderia prenunciar alguma ação mais contundente da ditadura. Não é preciso muito esforço para imaginar a ansiedade e sentimento de vulnerabilidade dos que vivenciaram aquele momento – certamente elementos que definiam a “subjetividade socialmente compartilhada” da estudantada que se identificava com a esquerda do espectro político no período. Acrescente-se que entre um evento e outro foi promulgado o AI-5 (no dia 13 de dezembro) e, dias depois do atentado, o CRUSP foi efetivamente invadido pela polícia e forças armadas (17 de dezembro), havendo prisões e a remoção dos estudantes.

Mas para compreendermos a emergência do CCC na arena política brasileira dos anos 1960 para além da imagem que ficou gravada na memória nacional, como uma excrecência radical, o “comando do terror” (MEDEIROS, 1968) – segundo manchete da revista O Cruzeiro nas bancas da época –, devemos proceder ainda a uma ampliação do projeto de história oral proposto por Pollak. Devemos empreender uma busca das “memórias subterrâneas” não apenas das vítimas mas dos perpetradores. Apenas dessa maneira o “comando do terror” pode deixar de ser visto como um corpo estranho à sociedade que tem por objetivo, nas palavras de Clarissa Brasil, frear “o comportamento de

²Abordaremos a entrevista concedida por Cássio Scatena (2014), ex-CCC, na sequência.

toda uma geração” (BRASIL, 2010, p. 86) – uma imagem em sintonia com o imaginário político brasileiro –, e ser compreendido como uma organização mergulhada nos conflitos da sociedade brasileira, que gerou medo e repulsa mas também recebeu apoio e inspirou muitos outros.

Falar em “memórias subterrâneas” do agressor poderia, num primeiro momento, parecer algo insólito dado que associamos às mesmas aos grupos subalternos. Entretanto, se considerarmos o processo de construção da memória hegemônica sobre o período, construído junto com a Nova República, percebemos que se a valorização da democracia liberal implicou numa culpabilização dos militares omitindo em boa medida seus sócios e apoiadores civis, ainda assim relegou os últimos ao silêncio, condenados a calar sobre seu passado. Um exemplo marcante é a tentativa frustrada de João Marcos Monteiro Flaquer, um dos fundadores do CCC, em dar uma entrevista a Jô Soares. Essa rara disposição de um ex-CCC em se expor ao público foi prontamente rechaçada pelo famoso entrevistador (LOPES, 2014, p. 279). Assim, podemos aplicar a esse caso aquilo que foi dito por Pollak a respeito de grupos subalternos, “[a] fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa [...] uma memória coletiva subterrânea de uma memória coletiva [hegemônica]” (POLLAK, 1989, p. 8).

Esse tipo de empreendimento não é exatamente uma novidade. A pesquisadora Ana Maria Dietrich, por exemplo, realizou uma reflexão em artigo sobre esse “outro lado da História Oral”, mais precisamente, “a versão dos perpetradores” (DIETRICH, 2007, p. 41). Nele a autora aponta a necessidade de se ouvir “o outro lado” para conseguir levar a cabo seu projeto de estudar o nazismo no Brasil. Mais especificamente, o CCC também conta com um esforço nesse sentido. Gustavo Esteves Lopes (2014) conseguiu romper o silêncio existente por parte dos que participaram do grupo por meio do depoimento de um de seus membros, Cassio Scatena.

Implícito no esforço de Lopes está uma abordagem da história oral que Portelli define com “um experimento em igualdade” (PORTELLI, 1997, p. 7) “a fim de alcançar maior abertura nas comunicações” (PORTELLI, 1997, p. 10). No caso específico de perpetradores, poderíamos compreender esse esforço também como o empenho do pesquisador em superar as possíveis restrições que o passado do entrevistado lhe suscitem e tratá-lo como um igual, algo que o ex-CCC João Flaquer não conseguiu estabelecer com Jô Soares.

O depoimento de Scatena ajuda a “recolocar” o CCC na sociedade da época, dá rosto, nome, trajetória e mesmo propósito aos integrantes do grupo. Cassio Scatena foi estudante da tradicionalíssima faculdade de Direito da USP, no Largo de São Francisco nos anos 1960. O mesmo, conjuntamente com seus colegas de faculdade, João Flaquer e Otávio Gonçalves Moreira Júnior (vulgo “Otavinho”), foram membros afamados do CCC, nascido naquela faculdade (SCATENA, 2014, p. 144).

Scatena faz questão em seu relato de explicar sua origem familiar e socioeconômica. Sua mãe é oriunda de família gaúcha tradicional, seu avô materno, Valdir Niemeyer, foi Ministro do Trabalho do governo Café Filho, já seu bisavô materno, Irineu Machado, foi senador da República Velha. Scatena é, inclusive, um orgulhoso descendente de Delfim Carlos de Carvalho, o “Barão da Passagem”, pertencente à elite imperial. Seu pai foi um migrante italiano, mas ressalta: “meu pai era médico. Não era um simples imigrante” (SCATENA, 2014, p. 134). Scatena arremata enfatizando que “não possui raiz popular” e que muito de sua formação política “conservadora” se devia às suas “origens” (SCATENA, 2014, p. 134).

Sobre seus colegas, Scatena define Flaquer como oriundo de “família rica” (SCATENA, 2014, p. 144) e Otavinho como “muito ligado ao Ministro [da Justiça] Gama e Silva” (SCATENA, 2014, p. 144), mais precisamente, Otavinho era sobrinho do ministro (MACHADO, 2015, p. 97). Falando mais amplamente sobre seus colegas de CCC, os define como “rapazes de classe média-alta” (SCATENA, 2014, p. 136).

Um colega de faculdade, Paulo Azevedo Gonçalves dos Santos, amigo de Flaquer, define muito bem a atmosfera que permeava o ambiente acadêmico elitizado do Largo de São Francisco em que Scatena, Flaquer e Otavinho estudaram, conviveram e vieram a encontrar afinidades para sua atuação política:

Em uma comunidade como esta, a atmosfera reinante era de profunda consciência de uma importância que seus membros se atribuíam, muito acima do que seria de bom senso atribuir. Todos se achavam, mais ou menos, donos do Brasil. Tanto que bom número desses estudantes achavam que, mais cedo ou mais tarde, acabariam sendo presidentes da República; das Câmaras; dos Tribunais Superiores. De fato, muitos chegaram a assumir estes postos. (SANTOS, P., 2014, p. 97)

Santos não exagera quando afirma que vários de seus colegas galgaram postos importantes no Estado brasileiro. A título de exemplo podemos apontar Aloysio Nunes Ferreira, colega de Scatena e presidente do “XI de Agosto” (o centro acadêmico do curso de Direito), que se tornou senador e o ex-presidente Michel Temer, colega de Santos.

Considerado o estrato social e a atmosfera em que conviviam Scatena e diversos de seus colegas, vale a pena proceder a uma articulação entre a subjetividade pessoal de Scatena, expressa em sua entrevista, e uma “estrutura de sentimentos” comum a ele e seus colegas, moldada por uma comunhão de experiências em comum. Para tanto, podemos inspirar-nos no estudo do historiador argentino Alejandro Pozzi (2012), que nos lembra que a subjetividade de um indivíduo não diz respeito

apenas a si próprio, mas também é profundamente impactada pelas experiências próprias à sua classe social.

Pozzi realizou entrevistas com militantes argentinos de esquerda de diferentes estratos sociais e percebeu que a “subjetividade militante” daqueles de origem operária tinham especificidades próprias assim como aquela dos militantes de setores médios. Essas diferenças marcavam a estrutura narrativa mas também denunciavam processos de politização individual e coletiva distintos. Enquanto para aqueles de origem operária o processo de politização é descrito a partir de suas condições laborais, como uma “descoberta” de suas reais condições (POZZI, 2012, p. 78), aqueles dos setores médios tendiam a colocar seu processo de politização como uma sensibilização para uma realidade social injusta que, no entanto, lhe é “externa” (POZZI, 2012, p. 71).

Se para os militantes esquerdistas de origem operária estudados por Pozzi, o processo de politização é tido como descoberta de sua real condição e para aqueles de classe média é descrito como de sensibilização, no caso do orgulhoso estrato social da qual Scatena faz parte, o processo remete ao berço. A “atmosfera [...] de profunda consciência de uma importância que seus membros se atribuíam”, de se sentirem “donos do Brasil”, apontada por Santos (2014, p. 97), é explicitada quando Scatena ressalta que “não possui raiz popular”, que descende de uma família cuja influência política remonta ao império e, por fim, que suas convicções políticas “conservadoras” estariam determinadas por essa nobre linhagem dado que “é muito difícil de se romper com as origens” (SCATENA, 2014, p. 134).

Do acima exposto, podemos perceber que a subjetividade presente em entrevistas longe de ser um elemento indesejado que deveríamos (inutilmente) tentar eliminar ou expressões que dizem respeito única e exclusivamente ao indivíduo entrevistado, tornando seu testemunho pouco representativo, é um elemento rico que nos permite inferir tanto sobre o entrevistado quanto o meio que o cerca. É nesse sentido que Portelli denota o caráter “qualitativo” da representatividade dos testemunhos (PORTELLI, 1996, p. 62).

Portelli ainda nos relata, de suas experiências em campo, o impacto que a conjuntura política pode ter para a atividade da história oral. No início dos anos 1970, o historiador italiano entrevistou cantores populares da região italiana de Valnerina. O autor ficou encantando com suas músicas de protesto, oriundas do mundo do trabalho e da resistência antifascista de décadas anteriores. A surpresa foi grande quando encontraram entrevistas com esses mesmos cantores realizadas em finais dos anos 1950 e ao invés das canções engajadas de resistência, somente encontraram canções populares de amor e velhas baladas. A explicação, em boa medida, se encontra no contexto político. No final da década de 1950, o anticomunismo pairava de forma ameaçadora sobre a esquerda italiana, já no começo dos anos 1970, o cenário era outro, a esquerda detinha grande força política e o trabalho voltava a ser uma força central na sociedade italiana. Portelli acaba especulando sobre o que encontraria se os fosse

visitar em meados dos anos 1990, provavelmente não teriam medo em expôr sua filiação comunista mas a crise pelo qual passavam a cultura operária e comunista provavelmente os fariam se referir às músicas militantes mais como parte de seu passado do que seu presente (PORTELLI, 1997, p. 11–12).

Num tema tão delicado quanto o CCC, certamente o contexto político possui grande peso. O silêncio por parte dos perpetradores ganha vivas cores quando comparado à profusão de relatos existentes por parte das vítimas, em especial dos eventos relativos à batalha da rua Maria Antônia e ao ataque à peça *Roda Viva*. O conflito da rua Maria Antônia, por exemplo, conta com um livro memorialístico por parte de alunos e professores da antiga FFCL-USP, incendiada no confronto³. O tom também é outro, se as vítimas tendem a enfatizar a importância daqueles momentos dramáticos, o relato de Scatena opta por minimizá-los, buscando retratar as ações e a fama do grupo como produto de fanfarronice estudantil (SCATENA, 2014, p. 146).

O atentado a tiros de fuzil que atingiu o apartamento de Hirata, por exemplo, é reconhecido por Scatena como uma ação do grupo porém não seria exatamente um atentado mas apenas uma ação irresponsável propiciada por uma “bebedeira” (SCATENA, 2014, p. 146). Talvez Scatena não esteja fugindo completamente do ocorrido, o atentado ocorreu numa noite logo após a decretação do AI-5 e pode ter sido executado também como uma sinistra comemoração do decreto por parte do grupo, dando às boas-vindas aos tempos sombrios que cairiam sobre seus oponentes. Afinal de contas, como declarado por Scatena, “o AI-5 fez tudo o que o CCC queria” (SCATENA, 2014, p. 145). Com relação à batalha da rua Maria Antônia, Scatena opta por enfatizar o caráter corporativo do conflito, com os estudantes do Mackenzie protagonizando uma defesa de sua universidade. Admite entretanto, que o CCC, que continha estudantes de ambas as universidades, tomou partido pelo Mackenzie e que essa “defesa” do Mackenzie derivou no incêndio da FFCL-USP, um espaço importante da esquerda estudantil. Uma omissão importante no relato é o assassinato do estudante José Carlos Guimarães, atribuído por estudantes que presenciaram o fato à Ricardo Osni (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, p. 248). Omissão tanto mais relevante quando Scatena aponta Osni como “amigo meu” que “era do CCC” e alega, inclusive, que para seu velório (vítima de um desastre em viagem ao interior) foi confeccionado uma coroa de flores em nome do CCC (SCATENA, 2014, p. 143). Por fim, naquela que é a ação mais famosa do grupo e que o marcou mais negativamente através das décadas, o ataque à peça de teatro *Roda Viva*, Scatena busca se afastar prontamente da mesma, atribuindo a ação a Flaquer e principalmente Otavinho, pessoas de que teria se distanciado em decorrência da agressão (SCATENA, 2014, p. 138–139, 144). Scatena teria advertido seus colegas na época: “Não aceitei que se quebrasse um teatro. Até minhas palavras textuais na época eram: ‘você vão bater em

³O livro foi organizado pela professora Maria Loschiavo dos Santos (1988).

veado, mulher e artista, e isso não se faz. Isso é uma tremenda covardia, e isso eu não aceito [...]” (SCATENA, 2014, p. 147).

Como podemos ver, embora Scatena tenha optado por romper o silêncio sobre o tema, sua narrativa é marcada por omissões, por tentativas de minimizar os efeitos negativos das ações do grupo, e mesmo, no caso mais notório e negativamente associado ao grupo, pelo seu distanciamento pessoal em relação ao ocorrido. Tal como Portelli, é válido ponderar que se o contexto político influenciou nos depoimentos de vítimas e perpetradores do CCC, a natureza sempre transitória do mesmo implica que essas narrativas podem ganhar diferentes cores em outro momento. Como Pollak (1989, p. 4) coloca, momentos de crise tendem a propiciar a ascensão de memórias subterrâneas. O terremoto político que o Brasil vive nos últimos anos, por exemplo, propiciou a emergência de discursos positivos sobre a ditadura e o arbítrio daquele período, discursos que estiveram submersos desde a redemocratização. Talvez, Scatena, Flaquer e Otavinho se sentissem mais à vontade para contar de outras maneiras suas experiências, talvez a importância da dimensão política do CCC em seu combate ao “totalitarismo” vermelho fosse mais realçada por Scatena em vez de seu caráter arruaceiro e fanfarrão. Certamente encontrariam uma recepção melhor do que aquela de alguns anos atrás.

Por fim, se a imagem publicizada sobre o CCC no ano de 1968 pela mídia se mostraria duradoura, com o “comando do terror” sendo visto como um agente externo a agredir a sociedade civil, persistindo mesmo em trabalhos acadêmicos recentes dado que o mesmo buscava “frear a todo o custo e com extrema violência o comportamento de toda uma geração” (BRASIL, 2010, p. 86), por meio da história oral encontramos uma ferramenta importante para romper com essa memória hegemônica e conhecer mais sobre o grupo e sua inserção nas disputas políticas que pautavam a sociedade do período. A mesma permite não apenas conhecer melhor sobre os eventos e pessoas que deram origem ao mito político que se tornaria o CCC na memória nacional, mas permite nos debruçarmos sobre a subjetividade socialmente compartilhada por vítimas mas também por perpetradores. Os depoimentos de Scatena e daqueles com quem conviveu, dão rostos, nomes, trajetórias e mesmo propósito aos integrantes do grupo. A luta do CCC não foi uma luta travada sozinha, ao lado de seus colegas na batalha da Maria Antônia, junto daqueles que comemoraram o golpe de 1964 e o AI-5, dos que utilizaram da afamada sigla país afora ainda no final dos anos 1960 ou mesmo daqueles que a recuperariam de forma saudosística no contexto da reabertura política em finais dos anos 1970, seus membros se apresentaram, à sua maneira, para barrar os anseios por reformas sociais e políticas que agitavam o Brasil de então.

Referências bibliográficas

- BRASIL, Clarissa. **O brado de alerta para o despertar das consciências**: uma análise sobre o Comando de Caça aos Comunistas, Brasil, 1968-1981. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Mortos e desaparecidos políticos**. Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2014. v. 3.
- DIETRICH, Ana Maria. O outro lado da História Oral: A versão dos perpetradores. **Oralidades**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 41–50, 2007.
- GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena). 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- HIRATA, Elaine Farias Veloso. Elaine Farias Veloso Hirata. [Entrevista cedida a] Gustavo Esteves Lopes. In: LOPES, Gustavo Esteves. **Ensaios de terrorismo**: história oral da atuação do Comando de Caça aos Comunistas. 1. ed. Salvador: Editora Pontocom, 2014. p. 243–247.
- JOSÉ, Emiliano. O instinto da Loba e a batalha da Maria Antonia. **CartaCapital**, São Paulo, 12 fev. 2013. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/o-instinto-da-loba-e-a-batalha-da-maria-antonia/>>. Acesso em: 23 dez. 2018.
- LOPES, Gustavo Esteves. **Ensaios de terrorismo**: história oral da atuação do Comando de Caça aos Comunistas. 1. ed. Salvador: Editora Pontocom, 2014.
- MACHADO, Rodolfo Costa. **Alfredo Buzaid e a contrarrevolução burguesa de 1964**: crítica histórico-imanente da ideologia do direito, da política e do Estado de Justiça. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.
- MEDEIROS, Pedro. CCC ou o Comando do Terror. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, n. 45, p. 19–23, 9 nov. 1968.
- MONTYSUMA, Marcos Fábio Freire. Subjetividade e história oral: possíveis interações na autorização de cessão de uso de relatos. In: LAVERDI, Robson et al. (org.). **História oral, desigualdades e diferenças**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012. p. 55–68.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59–72, 1996.
- PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral: A pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, n. 14, p. 7–24, 1997.
- POZZI, Pablo Alejandro. Memória e politização em testemunhos de operários militantes argentinos (1955-1976). In: LAVERDI, Robson et al. (org.). **História oral, desigualdades e diferenças**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012. p. 69–79.

PRESOT, Aline Alves. **As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o golpe de 1964**. 2004. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROLLEMBERG, Denise. Memória, opinião e cultura política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a ditadura (1964-1974). In: FILHO, Daniel Aarão Reis; ROLLAND, Denis (org.).

Modernidades alternativas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 57–96.

ROSAS, Fernando. Seis teses sobre memória e hegemonia ou o retorno da política. In: RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (org.). **Outros combates pela história**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. p. 187–189.

SANTOS, Clarissa Grahl dos. **Das armas às letras: os militares e a constituição de um campo memorialístico de defesa à ditadura empresarial-militar**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (org.). **Maria Antônia: uma rua na contramão**. São Paulo: Nobel, 1988.

SANTOS, Paulo Azevedo Gonçalves dos. Paulo Azevedo Gonçalves dos Santos. [Entrevista cedida a] Gustavo Esteves Lopes. In: LOPES, Gustavo Esteves. **Ensaios de terrorismo: história oral da atuação do Comando de Caça aos Comunistas**. 1. ed. Salvador: Editora Pontocom, 2014. p. 95–116.

SCATENA, Cassio. Cassio Scatena. [Entrevista cedida a] Gustavo Esteves Lopes. In: LOPES, Gustavo Esteves. **Ensaios de terrorismo: história oral da atuação do Comando de Caça aos Comunistas**. 1. ed. Salvador: Editora Pontocom, 2014. p. 133–148.

ZERBINI, Eugênia Cristina Godoy de Jesus. **Eugênia Cristina Godoy de Jesus Zerbini**. [Entrevista cedida a] Comissão Nacional da Verdade. São Paulo: Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em:
<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Eugenia_Cristina_Godoy_de_Jesus_Zerbini.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2018.